

**PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.**

**Eliane Tomiasi Paulino**

Essa obra coloca em evidência a resiliência dos camponeses, em contraponto à noção hegemônica que não só os reduz à condição de vítimas do capitalismo como lhes usurpa o papel de sujeitos da história. Evidencia que o campesinato, apesar de ter sido mal compreendido ou insuficientemente estudado, adentra o século XXI fortalecido em vista da emergência do que o autor denomina de Império, um modo de ordenamento territorial global sustentado por estratégias de absorção das riquezas produzidas por outrem. Há, segundo o autor, três domínios particulares que permitem compreender a natureza do Império alimentar: a agricultura, a produção e consumo de alimentos e os esquemas reguladores a eles associados. Por sua vez, aponta três características estruturais que especificam a natureza e a dinâmica das redes imperiais:

1. Expansão: alteração permanente e múltipla de fronteiras, não apenas as geográficas, mas também as conceituais, por meio da distorção de significados e invenção de comidas e sabores.
2. Hierarquia: nesse caso, impera o inequívoco lugar do poder. O Estado é tomado como mediador por excelência, porque ao mesmo tempo em que se coloca como guardião das normas, as impõe sob a pretensa defesa do bem comum, mas que, ao fim, são imprescindíveis às práticas do Império, que necessita de padrões de homogeneidade para se expandir.
3. Ordem, que se sustenta em normas de amplo alcance que determinam parâmetros de inclusão e exclusão ao mercado dos que ofertam produtos.

A tese sobre a qual se move o autor é a da recampesinização, definida como: “[...] *um processo de transição que se desenvolve em vários níveis, ao longo de várias dimensões e envolvendo muitas pessoas. Como todos os processos de transição, a recampesinização*

*vai contra os regimes e interesses técnico-institucionais existentes, assim gerando uma vasta gama de contradições.[...] Simultaneamente, a recampesinização é um processo massivo e generalizado que é impulsionado e fomentado pelos interesses e perspectivas dos agricultores envolvidos. Isso faz dela uma luta social.”*

Ao conceber a recampesinização como uma expressão de luta social amplamente empreendida contra oponentes hostis e fundada no que denomina de princípio camponês, desconsidera a condição de classe dos sujeitos nos termos da teoria marxista, deixando de focar as contradições fundamentais da sociedade capitalista, fundadas na tríade terra, capital e trabalho. Substitui, desse modo, lógica de classe por princípio camponês, para ele uma noção emancipatória, porque conteria potenciais implícitos de insubordinação.

Não por acaso, o fio condutor das análises de Ploeg é o *modo de fazer agricultura*, que lhe faz identificar três sujeitos distintos: o capitalista, o empresário e o camponês. O modo empresarial de fazer agricultura, referência no contraponto estabelecido para construir a tese da recampesinização, estaria entre o modo capitalista, caracterizado por elevados investimentos, grande escala de produção e contratação de força de trabalho, e o camponês, que proviria da condição camponesa, distinta dos demais por estar fundada em intensificação do trabalho, em regra familiar, diversificação da produção, baixa disponibilidade de terras e menor dependência de recursos externos. Nessa ordem, o que distinguiria o modo empresarial do capitalista seria a força de trabalho familiar, não admitida neste; afora isso, não haveria diferenças significativas entre ambos, o que pode explicar as poucas menções ao modo capitalista de fazer agricultura na obra.

Por sua vez, para diferenciar o camponês do empresário não são invocados os elementos diferenciais de classe, mas a dimensão das propriedades e os níveis de incorporação de tecnologias exógenas. A situação de transição identificada pelo autor o faz vislumbrar no modo empresarial de fazer agricultura uma condição paradoxal: ao mesmo tempo em que se coloca como principal ameaça ao campesinato, pelo imperativo da expansão contínua, também se apresenta como campo fértil para a recampesinização, devido ao chamado *squeeze* na agricultura, traduzido pelo decréscimo da renda média na atividade, em virtude da ação do Império. Para o autor, diversas foram as respostas ao

*squeeze* global: enquanto no sudeste asiático reduziu-se ao limite a remuneração do trabalho, nos EUA, Brasil, Austrália e Nova Zelândia aumentou-se a escala da produção agrícola e, por fim, a Europa apresentou uma resposta singular: o fortalecimento da multifuncionalidade camponesa, que consiste no uso da mesma base de recursos para gerar uma vasta gama de produtos e serviços. Isso conduziria à redução dos custos de cada produto isolado, ao mesmo tempo que promoveria o aumento do valor agregado realizado na unidade.

Mostra que as redes que dão sustentação ao Império são, em grande medida, virtuais, o que não retira a sua materialidade, por se instituírem com um fim explícito: o controle sobre a riqueza produzida nas redes produtivas de fato. Isso impõe o controle dos pontos de distribuição, de modo que para quem está fora do Império, cada vez é mais difícil vender. Invoca, assim, a soma de esforços teóricos que evidenciem a importância dos mercados locais, ainda que se saiba que é precisamente por meio da padronização (travestida de normas sanitárias) que o Império procura bloqueá-los. A acessibilidade à produção seria a palavra chave, razão pela qual cada vez mais os produtores têm que pagar pelo direito de suas mercadorias chegarem ao consumidor.

Nesse contexto, o parâmetro que o faz tomar o modo camponês de fazer agricultura como promissor é sua potencial autonomia produtiva em vista da capacidade singular de mobilizar recursos em seu favor, culminando no que denomina de co-produção, ou seja, manutenção e desenvolvimento continuado do chamado capital ecológico, leia-se condições ambientais indispensáveis à atividade agrícola. É por isso que o campesinato estaria apto a responder aos desafios da sustentabilidade, que supõem profundo conhecimento dos ciclos da natureza e capacidade de coexistência com os mesmos. Advoga que enquanto os camponeses podem potencializar os atributos da natureza, a agricultura empresarial necessita submetê-la, uma vez que a variabilidade dos ciclos naturais afetos à agricultura dificulta a padronização do processo de trabalho, criando obstáculos aos incrementos de produtividade. Por isso, a tônica da agricultura empresarial é a artificialização, fundada na incorporação de insumos externos, racionalização do trabalho, engenharia genética, entre

outros. Isso supõe não apenas intensificação do capital em detrimento do trabalho, mas desconexão com os ecossistemas, resultando em perda proporcional da eficiência.

Isso envolve escalas de operação necessariamente opostas: enquanto para uma o horizonte é o mercado-mundo, para outra são os “circuitos curtos”, ou seja, os mercados locais. Entende, assim, que o modo camponês de fazer agricultura difere radicalmente do empresarial porque no primeiro prevalece a busca de soluções locais para problemas globais, as quais se traduzem em incremento de renda local. Trata-se de uma estratégia fundada na diversidade erigida na articulação entre a base material e a social circunscrita localmente. Para ele, por si só, ela é insurgente à lógica global homogeneizante. Em suma, a artificialização do processo de produção agrícola é indissociável do processo de externalização que, por sua vez, está diretamente ligado ao aumento da dependência. Enquanto a tônica do modo camponês de fazer agricultura é a artesanidade, no empresarial o apelo primaz está no empreendedorismo. Eis a razão pela qual no primeiro a renda é buscada na intensificação do trabalho, ao passo que no segundo ela está diretamente relacionada ao aumento da escala da produção. Ocorre que a autonomia inerente ao fazer camponês fere os padrões de controlabilidade próprios do Império e que, segundo o autor, são provenientes da própria ciência, a produtora de padrões de regularidade que culminaram em um modo de ordenamento capaz de minar a relevância do local e, com isso, disseminar a dependência.

A agricultura é vista como um processo de conversão de insumos em produtos. Esses insumos podem ser mobilizados de duas formas: no mercado, alternativa estrita da agricultura empresarial, ou na própria unidade produtiva e, para além dela, na comunidade mais ampla, circuito esse extensivo também aos produtos. Como o mercado é controlado pelos grandes capitais, e isso supõe um ônus à agricultura, dado o aumento dos custos para produzir, são os camponeses que podem escapar de seus tentáculos, recorrendo a estratégias de baixo custo inseridas em critérios de permuta não estritamente comerciais e, ademais, fundadas em intercâmbio singular com a natureza. É aí que entra em cena a artesanidade, sinônimo de tecnologias oriundas de circuitos próprios de inventividade, associadas à centralidade do trabalho e que, longe de ser engessadas como o são as convencionais,

comportam melhoramentos constantes. Assim, contrariamente ao que se imagina, na agricultura, máquinas sofisticadas requerem habilidades e conhecimentos simples. Por sua vez, conhecimentos refinados se combinam com artefatos e máquinas simples, muitas vezes inventadas ou adaptadas, mas altamente eficientes, evidenciando que a habilidade é expressão de extensos períodos de aprendizagem, treino e experiência próprios da lida camponesa.

Nesse ponto, Ploeg dialoga mais de perto com Teodor Shanin, mostrando ser característico dos camponeses lutarem por autonomia, o que supõe disputar o controle por uma base de recursos da natureza, ou seja, frações de terra. Tal domínio, quando associado à artesanidade, oportunizaria intercâmbios favoráveis e duradouros, que incluem padrões de cooperação mútua, típicos dos camponeses e, eventualmente, atividades não agrícolas. Tais atividades aparecem relacionadas ao conceito de pluriatividade, que aqui aparece como um conceito absolutamente discrepante daquele comumente invocado por teóricos da corrente a que Fernandes (2007) denomina de Paradigma do Capitalismo Agrário. Enquanto para Ploeg a pluriatividade refere-se à diversificação, à instauração de circuitos locais de comercialização, à redescoberta de práticas intensivas em trabalho, em artesanidade (que funde trabalho manual e conhecimento) e que culmina no desenvolvimento de tecnologias orientadas para a autonomia, para o aumento da renda que acaba retida localmente, o primeiro supõe a proletarização parcial como sustentáculo da unidade camponesa, em suma, expressão da decadência e incapacidade dessas unidades responderem ao desafio de emprego e renda, da sobrevivência enfim. Desse modo, na obra a pluriatividade é invocada como expressão do controle direto sobre o processo de produção e, conseqüentemente, de seu aperfeiçoamento. Tudo isso é visto em uma perspectiva de desenvolvimento cíclico de tecnologias orientadas para a autonomia, que culminam no aumento da renda nas unidades camponesas e, por sua vez, nas áreas circundantes, que igualmente se beneficiam da retenção da renda local.

A intensificação do trabalho é, para o autor, a chave do progresso do modo camponês de fazer agricultura, pois esse item, em quantidade e qualidade, permitiria compensar a falta dos demais componentes. Por sua vez, isso credenciaria a agricultura

camponesa a um lugar no futuro, por ser mais poupadora de energia e insumos, além de estabelecer uma relação mais parcimoniosa com a biodiversidade.

Como a intensificação do trabalho aparece como princípio e saída para a agricultura camponesa, o autor não a desvincula da reciprocidade: o intercâmbio entre os camponeses e a comunidade local criaria parâmetros próprios para as trocas, em essência distintos dos circuitos estritamente mercantis que, além de se pautarem em critérios monetários, estão orientados para o lucro. Para ele, o modo camponês de fazer agricultura implica sempre um equilíbrio entre os interesses individuais e os comunitários, sendo que a cooperação aparece como um pilar fundamental e, via de regra, manifesta-se como mecanismo de defesa inalienável, embora não haja regras para sua manifestação e intensidade. Em cada tempo e lugar, diferentes formas de cooperação, mais ou menos intensas, acabam por manifestar-se, interromper-se, retornar etc. Dessa maneira, o que tradicionalmente é tomado como capital, a exemplo de sementes, instalações, fertilizantes, animais reprodutores, entre outros, pode não ser oriundo do circuito mercantil, mas da rede de trocas entre camponeses, reforçando a possibilidade de sobreviverem com receitas monetárias e taxas de rendimento menores que as requeridas pela exploração empresarial. Nesses termos, a manutenção de uma base de recursos autocontrolada é, para o autor, elemento estratégico de manutenção da condição camponesa, senão da sua emancipação.

Por isso a importância da relação singular com a natureza, a fonte de inovações possíveis no processo de trabalho que, por sua vez, redundam em incremento de renda, o que explicaria a tenacidade com que os camponeses defendem o direito de manter o controle sobre a terra. A perspectiva é a do trabalho criativo, para o autor uma importante arena de luta social que transcende o sentido do confronto, porque inclui estratégias para melhorar os recursos disponíveis, o que supõe adaptações e inventos que, no seu conjunto, permitem a elevação da renda. O fortalecimento da base de recursos, que seria decorrente da correlação entre natureza e técnicas criativas, apontaria para um progresso que somente se instaura por meio das redes sociais extensas.

Essa lógica refletiria um padrão de inserção no mercado típico dos camponeses: a

busca por flexibilidade, mobilidade e capacidade máxima de fugir a toda forma de controle. Isso comportaria uma modalidade do que o autor chama de “desconfiança”, que entende ser vital para a recampesinização, pois oriunda de um ambiente hostil instaurado pelo Império e instituída em resposta a ele. Isso explicaria a recusa camponesa em todo mundo ao que é denominado de imediação, que seria a atribuição de valor nominal às coisas, pelo que aparentemente elas valem. Os camponeses somente valoram aquilo que conseguem situar em uma escala de valores advinda da própria experiência construída, cuja referência necessária é o tempo e o espaço criados por sua ação transformadora. O julgamento inscrito em um critério que comporta o saber erigido pelo fazer, nas dimensões passado, presente e futuro, traz uma referência instituída pelo trabalho, pelo conhecimento e pela experiência, fontes de inspiração orientadora que permitem a rejeição de prescrições vindas de fora.

O autor invoca o conceito de capital social (normas e redes que possibilitam a ação coletiva) para demonstrar que a qualidade de vida no campo está estreitamente relacionada com a diversificação camponesa e, mais, que se alimenta e se fortalece mutuamente dentro dessa lógica. Nesse contexto, Ploeg identifica duas economias ditas morais, que pouco tem a ver com a formulação conceitual de Thompson, dada a centralidade conferida ao fator econômico. Para ele, a economia moral do campesinato se manifesta essencialmente na luta permanente por distanciamento do mercado, o que acaba por soldar interações e trocas estratégicas entre os pares e mesmo com a comunidade circundante. Já a dita economia moral do empresariado estaria fundada nas estratégias individuais de inserção no mercado, o que obviamente remete à competição, até porque haveria um consenso entre esses sujeitos de que o mercado é excludente - apenas poucos sobreviverão. Para o autor, isso os faz naturalizar as expressões perder e vencer, pois o entendem como uma arena de disputas em que está em jogo a competência individual. Nessa visão, seria justo a eliminação dos incompetentes: permanecer na competição pelo “futuro escasso”, leia-se mercado cada vez mais seletivo, seria o prêmio para a superioridade de poucos. Nesse contexto, Ploeg procura desconstruir o discurso do qual se valeram os neoliberais para consolidar as estratégias imperiais nos países pobres, por meio do qual vinculava-se a superação da pobreza à

inserção no mercado. Em outras palavras, vislumbra na tese de que os agricultores do centro do sistema estariam integrados em “mercados competitivos e não-distorcidos” enquanto os da periferia vincular-se-íam aos “mercados parciais” a ponta de lança para as investidas pela liberalização, que procurava aí a explicação para a pobreza e, supostamente, a sua eliminação. Para ele, os mercados agrícolas e alimentares nos países centrais nunca deixaram de ser governados por intervenções e regulamentações políticas favoráveis aos camponeses, embora não se tenha abdicado de operações estratégicas imprescindíveis ao fortalecimento dos grupos de agronegócio, os ditos impérios alimentares.

Contrariamente, na fragilidade institucional dos países periféricos, manifestada no parco, senão nulo apoio à agricultura camponesa, estaria o campo fértil para a liberalização, o que o faz inverter os pressupostos da tese de mercados parciais e mercados completos. Em outras palavras, vislumbra diferenças estruturais no tocante ao lugar da agricultura camponesa nas prioridades dos Estados centrais e periféricos, sendo que nesses, tradicionalmente, a mediação institucional se deu no sentido de condicionar a viabilidade da agricultura à inserção eficiente no mercado. Daí o enredamento dos camponeses ter sido mais profundo, condicionando à formação de mercados mais completos do que parciais, favorecendo a especialização e, conseqüentemente, a dependência a insumos e produtos. Como para Ploeg o mercado é o algoz do campesinato, supondo uma relação inversamente proporcional entre dependência a recursos externos e recampezinização, ele inverte a tese de que a agricultura camponesa prevaleceria na periferia, afirmando que os camponeses europeus são mais camponeses que os demais. Para ele, o incremento diferenciado de renda, via subsídios públicos, não só atenua as estratégias vampirescas do Império como os torna melhor sucedidos que os camponeses da periferia. Essa questão certamente exige um ingrediente a mais para sua melhor compreensão, a divisão territorial do trabalho, que não é invocada nas argumentações de Ploeg.

Enquanto “mercados incompletos” tem a ver com polivalência, “mercados completos” tem a ver com especialização. O autor chama a atenção para a mudança do crivo valorativo entre ambos, porém sem situar os embates políticos oriundos das contradições de classe: até a década de 1990, associou-se polivalência a atraso camponês,

como forma de se fomentar a especialização, coisa que vem sendo alterada em diversas políticas públicas na Europa, que agora passam a evocar a pertinência da multifuncionalidade e, com ela, das unidades camponesas. Contudo, de acordo com Ploeg, as novas formas de fazer agricultura na Europa, em princípio atribuídas às políticas de desenvolvimento rural são, na prática, expressões do processo de recampesinização endógeno, promovido pelas próprias comunidades camponesas. Para ele, os projetos de desenvolvimento rural, controlados pelo Estado, das instâncias locais às supranacionais, colocam-se ora ao lado e, por vezes, contrariamente à luta por autonomia que o campesinato empreende, porque sua orientação difere radicalmente, em vista do princípio da controlabilidade intrínseco à ação do Estado.

Advoga que as estratégias de diversificação são benéficas por conta da lógica espacial de pequena abrangência, pois apesar de promoverem maior apropriação e distribuição local da renda, não afetam a recriação camponesa em outras porções do globo, por não interferirem na relação oferta e procura em outras escalas. Por isso, a lógica camponesa é vista como saída para a crise agrária que assola o mundo contemporâneo, produto da investida do Império contra a agricultura, o setor que, segundo Ploeg, é o que tem proporcionado as maiores taxas de acumulação na atualidade. O que o autor procura mostrar é que se no início do mercantilismo os metais preciosos se constituíram em principal fonte de manutenção do Império, na atualidade são os alimentos que desempenham esse papel, pois esse setor seria o que apresenta a maior taxa de valor agregado entre os segmentos industriais. Sendo assim, esses rendimentos diferenciais reverberam, em igual medida, no controle crescente da atividade, precisamente por sua rentabilidade diferencial.

Isso nos permite afirmar que, para Ploeg, a essência da recampesinização é a diminuição da sujeição da renda da terra ao capital, conceito obviamente ausente no conjunto de suas argumentações, já que sua obra é refratária aos conceitos marxistas. Não obstante, apesar de a tese da recampesinização comparecer como fio condutor da obra, Ploeg não deixa de demonstrar que atualmente a ação do Império tem imposto ao

campesinato tendências extremamente destrutivas, a saber:

1. O bloqueio ao acesso a recursos fundamentais como água e terra, bem como a disseminação de normas sanitárias e afins, que impedem a potencialização da renda bruta e a conversão de parte dessa em renda líquida.
2. A drenagem geral da renda do setor agrícola, que tende a se expressar mais fortemente no campesinato, seja ele central ou periférico, guardadas as devidas especificidades e proporções.
3. A assimetria na apropriação de terra, água e recursos, que permite ao Império instaurar circuitos mais eficientes de produção, tornando a produção camponesa potencialmente dispensável ao abastecimento dos mercados.

Entretanto, a eficiência a que refere-se Ploeg deve ser ponderada à luz dos fatos, já que alguns setores da agricultura não são, por ora, passíveis de associação automática com esse atributo, em virtude da equação tempo de trabalho e tempo de produção, como tão bem elucidara Marx (1974), isso sem falar na própria superioridade produtiva, em termos proporcionais, que a agricultura camponesa tem demonstrado na contemporaneidade, sendo a obra profusa em evidências.

Concluindo, para o autor, a constituição do Império tem a ver com as atuais formas de globalização, cuja essência é a ampla disseminação de normas e padrões, como forma de assegurar a apropriação de riquezas. Nessa ordem, os lugares não passam de um conjunto de coordenadas, já que as características locais, antes associadas a critérios de autogovernabilidade são varridas em favor de padronizações e normas generalizadas que, em última instância, são a alma do Império.

Entretanto, é preciso dizer que o autor não vislumbra aí um destino inexorável: *“O Império tende a ser uma ordem, mas ele apenas atinge esse objetivo de forma parcial. A ordem imposta pelo Império não é definitiva – ela não é de granito. [...] Essa mesma ordem parcial provoca respostas, assim como implica atritos e falhas.”*

### Referências

- FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. In: MARAFON, G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.
- MARX, Karl. *O capital*, Livro 3, Volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.